

PFL exige demissões para apoiar bloco governista

DPF indicia Aníbal por intermediação

Belo Horizonte — O ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, foi indiciado no inquérito sobre a intermediação de verbas da Seplan, no valor de R\$ 16 milhões, para a prefeitura de Valença (RJ). O anúncio foi feito ontem pelo delegado Alcioni Santa, que preside o inquérito, mas que negou-se a revelar que tipos de delitos Aníbal Teixeira cometeu, o que só fará hoje, após colher o depoimento do ex-chefe de gabinete da Seplan, Lúcio Veríssimo. Agora, são oito os indiciados no inquérito.

Intimado para depor ontem à tarde, Aníbal Teixeira não compareceu, justificando, através de seu advogado, o criminalista Décio Fulgêncio, motivos de saúde. Segundo um atestado médico assinado pelo cardiologista Ricardo Andrade Pinto, da Clínica do Coração, desta capital, Aníbal Teixeira tem problemas cardíacos. Lúcio Veríssimo também não compareceu para depor e, se não comparecer às 9h30 de hoje, será conduzido algemado, sob escolta policial e indiciado por crime de desobediência (Art. 330, do Código Penal) e preso em flagrante, segundo anunciou Alcioni Santana.

O delegado é diretor da Polícia Federal em Foz de Iguaçu e foi designado pelo diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, para conduzir as investigações. Evasivo quanto a substância de suas apurações envolvendo Aníbal Teixeira, pois, alegou, "depende do depoimento de Lúcio Veríssimo, hoje, para concluir o inquérito e tirar novas conclusões sobre a atuação do ex-ministro", Alcioni Santana deixou-se traír, porém, quando explicou que "a Polícia Federal tem convencimento de que Aníbal Teixeira praticou delitos". Com isto, confirmou que o delito não é apenas um. Aliás, há 14 dias, o próprio delegado anunciava que eram seis os crimes prováveis de Aníbal Teixeira no caso Valença: destruição de documentos públicos, corrupção, prevaricação, condescendência criminosa, advocacia administrativa e exploração de prestígio.

Alcioni Santana concordou que poderá ter conclusões, por exemplo, sobre o crime de destruição de documentos públicos. Segundo declarou Lúcio Veríssimo à CPI do Senado que investiga as denúncias de corrupção na Seplan, Aníbal Teixeira teria levado consigo documentos importantes do Ministério. Entre eles, pensa o delegado, os que comprovavam ser seu primo, Sérgio Menin, funcionário público à disposição da Seplan.

Arquivo 15/09/87



Santana: Aníbal cometeu delitos

Primo do ministro também processado

Sérgio Menin Teixeira é sócio-proprietário da Hidrossistemas Engenharia de Recursos Hídricos, ganhadora da concorrência fraudulenta para a confecção do projeto das obras que seriam executadas em Valença. Menin foi indiciado por crime de corrupção. Foram indiciados, ainda, por crimes de corrupção passiva, fraude em concorrência pública e co-autoria, o sócio de Menin, Mário Cicarelli, e o agenciador de verbas públicas Alencar Guimarães de Carvalho. E ainda: Marcos Alberto Cabalero Fernandes (Construtora Cabalero), Alexandre Machado Vilela (MCM Engenharia) e Nelson Valadares Portela (Construtora Uniterra e Somp).

Alcioni Santana disse que o indiciamento de Aníbal Teixeira independia do seu reinquirimento ontem e decidiu abrir mão de ouvi-lo novamente. Disse já ter pedido à Superintendência da Polícia Federal em Minas que cuide dos procedimentos legais previstos a partir do indiciamento, que constam da identificação criminal, através de fotografias em diferentes ângulos e identificação datiloscópica do ex-ministro. "Isto poderá ser feito na própria residência do Sr. Aníbal Teixeira, depois que o ex-ministro tiver se recuperado de sua enfermidade".

Já Lúcio Veríssimo será tratado duramente, caso não compareça hoje, até às 9h00 para depor. Terá 30 minutos da complacência de Alcioni Santana. "Depois disso, ele será conduzido à Polícia Federal, sob escolta, como determina a lei, numa intimação coercitiva", disse o delegado, explicando que Lúcio Veríssimo é um elo importante no caso Valença e prestará o interrogatório mais longo de todo o inquérito.

"Ele era um homem muito poderoso no Ministério", concluiu Alcioni Santana.



O PFL não aceita proposta suprapartidária se o Governo não tiver unidade, adverte Lourenço

Novo partido não permitirá entrada de conservadores

Preocupados com a possibilidade de engajamento de parlamentares conservadores na ideia de formação do novo partido pretendido pela esquerda do PMDB, constituintes envolvidos nesse projeto estão discutindo formas capazes de evitar que a nova legenda reproduza a heterogeneidade e a falta de identidade ideológica do PMDB.

Essa preocupação foi manifestada por parlamentares que se reuniram ontem e quarta-feira passada com os líderes peemedebistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Nessas conversas ficou acertada a elaboração de um esboço de programa partidário cujo teor poderia inibir a adesão de parlamentares que têm assumido posições mais à direita. A eficácia dessa fórmula pretensamente inibidora é discutível e por isso deputados como a pernambucana Cristina Tavares entendem ser preferível que os organizadores do futuro partido optem por critérios seletivos mais diretos, como a formação de uma espécie de comissão de avaliação dos pedidos de filiação.

Cristina entende que o novo partido nasceria com um "grave erro de origem" se ficasse caracterizado como um "peemedezinho", isto é, como uma legenda que em proporções menores reproduzisse os vícios e deformações do PMDB.

Covas Das conversas com Covas e

Camata vai sair e leva Rita

O senador Gerson Camata e sua mulher, deputada Rita Camata, do Espírito Santo, e o deputado alagoano José Costa anunciaram ontem sua decisão de desligar-se do PMDB nos próximos dias e a disposição de se filiarem ao novo partido que vem sendo articulado por dissidentes peemedebistas.

Gerson e Rita Camata se afastarão do PMDB após uma avaliação dos resultados das convenções municipais de amanhã, independentemente deles. O que o casal de constituintes pretende é sair com o maior número possível de peemedebistas capixabas que seguem sua orientação. Segundo Rita Camata, pelo menos 15 prefeitos do Espírito Santo também sairão do PMDB, número que deverá crescer de acordo com as convenções de amanhã.

Alagoas

José Costa formalizará o afastamento do partido na próxima terça-feira, em Maceió, após conversar com as suas bases eleitorais do interior. Por enquanto, ele não fará nenhuma opção partidária, aguardando a formação do novo partido. Com essa decisão, o PMDB de Alagoas corre o risco de ficar sem representantes na Constituinte, porque o senador Teotônio

Pimenta prevê bancada forte

Entre 50 e 60 deputados e mais 15 senadores, na previsão do deputado federal Pimenta da Veiga (MG), ex-PMDB, deverão compor um novo partido político, ora em gestação, formado basicamente pelos peemedebistas descontentes.

Desde quinta-feira passada, quando anunciou sua saída do PMDB, no que foi seguido por mais sete deputados mineiros, o ex-líder do partido na Câmara já contava com um apoio expressivo junto à base peemedebista em seu Estado, que em parte demonstrava um descontentamento crescente quanto aos rumos tomados pelo PMDB na Constituinte.

"A solidariedade de muitos vereadores é uma mostra exata do que se passa nos corações de alguns filiados do PMDB. Demos um grito de libertação. Espero que não somente eles, mas também prefeitos nos sigam na

Fernando Henrique Cardoso participaram, entre outros, os deputados José Costa (AL), Fernando Lyra (PE), Koyu Iha (SP), Euclides Scalco (PR), Pimenta da Veiga (MG), e Rose de Freitas (ES), todos comprometidos com a ideia do novo partido.

Nesses encontros também houve concordância em relação a dois pontos: a necessidade de resguardar-se o líder Mário Covas das ações mais ostensivas, relacionadas ao projeto do novo partido, e de arremetimento em defesa da aprovação do Artigo 62 do substitutivo de Bernardo Cabral, que facilita a organização, de novas legendas. Por esse artigo, nos seis meses posteriores à promulgação da Constituição, grupos de no mínimo 30 deputados poderão criar partidos e estes poderão participar das eleições que venham a ser realizadas nos doze meses posteriores à sua criação.

Quando à situação do senador Covas, há, entre os envolvidos no projeto, o convencimento de que ele sairá do PMDB caso seja aprovado o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, mas não interesse em pressioná-lo para que ele se defina logo em relação ao novo partido. Isso porque Covas ainda é considerado a principal liderança das forças de centro-esquerda na Constituinte e poderá cumprir melhor esse seu papel permanecendo no PMDB até o final dos trabalhos da Assembleia.

Arquivo 30/1/87



Rita só espera as convenções

Filho e os deputados Renan Calheiros e Geraldo Bulhões também estão dispostos a deixar o partido.

Na realidade, o esfacelamento do PMDB seria ainda mais amplo naquele Estado, porque a tendência do governador Fernando Collor também é de sair do partido. O desligamento do governador é considerado inevitável, especialmente se houver eleição presidencial este ano, pleito que ele pretende disputar por um dos pequenos partidos.

formação de um novo partido com base na social-democracia" — afirma Pimenta.

Alguns parlamentares já comunicaram seu desejo de formar com o novo partido, ainda sem uma sigla, tão logo ele inicie suas atividades de fato. Sobre a definição da legenda, Pimenta diz que deverá acontecer durante a primeira convenção partidária e "será uma escolha livre, sem imposições, apenas com referências, demonstrando com isso a mentalidade que guiará o processo de sua estruturação".

Segundo o deputado, o futuro partido preencherá uma lacuna delineada através de pesquisa realizada por uma agência de publicidade, cujo resultado expressa que 62% do eleitorado mineiro estão decepcionados com a atuação dos partidos políticos na Constituinte.

Lucena tenta conter grupos parlamentares

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), vai apresentar quando da votação em segundo turno, uma emenda supressiva de artigo, objetivando retirar do texto já aprovado da futura Constituição a garantia de formação de blocos parlamentares, com direito a líderes e participação proporcional na Mesa e nas comissões técnicas da Câmara e do Senado.

Para Humberto Lucena, o estímulo à criação de blocos parlamentares, como o que está sendo articulado pelo líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tendo como base o resultado numérico que permitiu a aprovação do presidencialismo e dos cinco anos de mandato, concorre apenas para o enfraquecimento dos partidos políticos.

Outro perigo para a formação dos blocos parlamentares, segundo Humberto Lucena, é que da mesma forma como poderá surgir um bloco para apoiar o presidente José Sarney, poderá aparecer outro de oposição ao Governo, o que significará, na prática, o retorno político ao bipartidarismo que existiu na época do MDB e Arena.

Já o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), considerou natural que o presidente Sarney tivesse a iniciativa de rearticular uma frente de sustentação ao Governo no Congresso. Segundo ele, o Presidente já havia tentado a implantação desse grupo no ano passado, através do documento "desenvolvimento e democracia", e não conseguiu. "É possível que agora, diante de todo esse processo de pressão que houve na definição do sistema de governo e mandato, que eles consigam implantar esse bloco de sustentação" — declarou ele.

O senador Humberto Lucena lamentou a saída de importantes políticos, de envergadura do deputado Pimenta da Veiga (MG), devido a divergências partidárias, mas considerou que com todo o respeito devido a esses políticos, até agora nenhum parlamentar saiu de um partido por um motivo nacional ou ideológico, mas apenas por questões paroquiais, de divergências internas.

"Não é por acaso que a eleição mais difícil é a municipal", observou o senador Humberto Lucena. Para o presidente do Senado e autor da emenda presidencialista vitoriosa terça-feira, "o dever de todos é consolidar os partidos, e não de criar novos partidos".

Esquerda se acusa, mas admite união

Os partidos de esquerda consideram importante a união em torno das teses progressistas na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso, bem como pela defesa de eleições diretas este ano. Contudo, sabem que essa tarefa não será fácil, na medida em que o PCB e o PC do B acusam o PT e o PDT de serem responsáveis pela vitória do Governo na votação do presidencialismo e dos cinco anos de mandato.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) espera que a esquerda tenha uma visão de longo prazo e una-se em torno de questões fundamentais, passando a atuar em bloco, "para contrapor-se à direita". Ele mostra que, do contrário, a Constituição será escrita pelos "setores mais reacionários da sociedade brasileira".

Delgado destaca que somente encontrou-se mais de 500 parlamentares em plenário quando se estava decidindo a mudança do regimento interno da Constituinte, o substitutivo do Centro sobre os direitos sociais, a demissão imotivada, a jornada de 40 horas semanais, o sistema de governo e o mandato presidencial. Delgado insiste na formação de um bloco das esquerdas, quanto ao essencial, sendo desnecessário e impossível a formação de um partido que as congregue.

Por sua vez, o vice-líder da bancada do PDT, deputado Amáury Müller (RS), acha que as últimas votações não terão efeito nas articulações de grupos e partidos políticos. Para ele, a questão do sistema de governo não é ideológica.

A criação do bloco parlamentar de sustentação ao Governo enfrentou ontem sua primeira dificuldade: a adesão da bancada do PFL, que votou pelo presidencialismo e o mandato de cinco anos, está condicionada a saída dos ministros do PMDB. De manhã, o assessor especial do presidente José Sarney, Thales Ramalho, foi informado dessa decisão pelo líder do partido, deputado José Lourenço, que em conversa pelo telefone advertiu o coordenador do bloco governista.

"O PFL não entra nesse bloco enquanto o governo não tiver unidade. A unidade parlamentar depende da unidade do Governo", disse irritado o líder, reforçando a necessidade de os ministros Luiz

Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Renato Archer, da Previdência, deixarem a equipe do presidente José Sarney.

José Lourenço disse ainda que nenhum deputado de sua bancada assinará qualquer documento de criação do novo bloco se o presidente continuar irreduzível na decisão de não demitir os ministros do PMDB. Segundo o líder, o bloco não terá a mínima condição de sobrevivência se não atender a essa condição.

Embora tenha votado a favor do presidencialismo e do mandato presidencial de cinco anos, o presidente do Senado, Humberto Lucena, anunciou que não fará parte do bloco governista e nem de outro que venha a ser criado.

Líder confirma sustentação

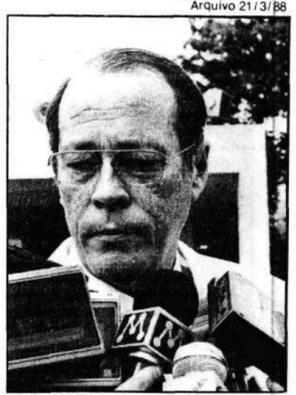
O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, confirmou ontem a formação de um bloco suprapartidário de sustentação ao governo do presidente José Sarney. A primeira tarefa desse bloco, que deverá ter a adesão de 320 parlamentares, será o apoio irrestrito às novas medidas econômicas, que, segundo o líder, "têm muito impacto e serão anunciadas até a próxima semana".

O bloco de maioria no Congresso Nacional reunirá parlamentares do PFL, da ala moderada do PMDB, do PTB e do PDS, e a sua formalização ocorrerá somente após o recesso da Semana Santa. Sant'Anna afirmou que o bloco terá um programa — como qualquer partido — e o conteúdo estará baseado no programa de governo do presidente Sarney.

Desde o início dos trabalhos da Constituinte o líder do Governo na Câmara vem tentando formalizar um bloco de sustentação a Sarney. Desde então, a tese existia somente em conversas do gabinete da liderança, que passou por um período de derrotas sucessivas durante as votações da Comissão de Sistematização, onde chegou a ser aprovado o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

Resistência

O quadro só foi revertido depois da aprovação do sistema presidencialista de governo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes. Otimista, Carlos Sant'Anna afirmava ontem que "a



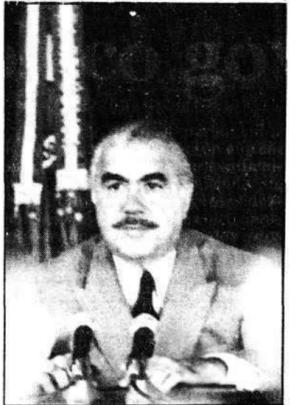
Sant'Anna: apoio irrestrito

persistência é uma característica minha", dando a entender que a partir de agora o presidente Sarney não enfrentará mais qualquer tipo de resistência dentro do Congresso para a adoção de medidas políticas, econômicas e financeiras.

Acrescentou que o bloco terá "um papel muito importante no momento de sua formalização", que coincidirá com o anúncio das novas medidas econômicas. Sant'Anna, no entanto, não informou o conteúdo das medidas que envolverão a conversão da dívida externa e "a redução drástica do déficit público". Tais medidas estarão relacionadas dentre outras coisas de maior importância, como a nova política salarial.

Sarney quer garantir maioria

Arquivo 01/02/82



Sarney: o País está tranquilo

O presidente José Sarney afirmou ontem em seu programa "Conversa ao Pé do Rádio", que a decisão da Assembleia Nacional Constituinte em aprovar o sistema presidencialista e o mandato de cinco anos para os presidentes da República trouxe de volta a tranquilidade e a confiança, e que agora o momento é de unir esforços para arrancar o País das dificuldades e promover a transição democrática. O presidente Sarney afirmou que pretende, daqui para a frente, consolidar uma maioria parlamentar para apoiar a conclusão do processo de abertura política, sem prejuízo dos partidos políticos. A decisão da Constituinte, afirma o Presidente, dá condições de que sejam adotadas medidas para recuperar a economia.

A seguir a íntegra da fala do Presidente:

"Uma vitória do Brasil"

«Brasileiras e Brasileiros,

Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma conversa ao pé do rádio, nesta sexta-feira, 25 de março de 1988.

Estamos chegando ao fim de uma semana de grandes decisões. A Assembleia Nacional Constituinte, numa sessão memorável, na terça-feira que passou, definiu o sistema de Governo e o mandato para todos os presidentes da República, que será de cinco anos.

Esta tese eu defendi muitas vezes, mas não foi uma vitória pessoal a decisão que foi tomada. Foi uma vitória do Brasil. Uma vitória do nosso País. Uma vitória do povo brasileiro.

Porque nós não podíamos mudar o regime sem um debate amplo, sem que a Nação pudesse opinar, sem aprofundarmos a análise do que isto representava. Afinal, o regime presidencialista tem quase cem anos, nasceu, com a República. Assim tivemos uma decisão memorável, porque também foi uma decisão extremamente legítima. Velho parlamentar, eu não conheço, na história do Congresso, um comparecimento unânime da Casa, quinhentos e cinquenta e nove constituintes ali estavam. Todos. Nenhuma ausência. Uma maioria de 132 votos. Trezentos e quarenta e quatro votos a favor. Votos de todas as tendências da Constituinte, o que mostra a soberania dessa decisão e da escolha que foi feita.

Por outro lado, o mandato de cinco anos é uma tradição e é um tempo que permite ao Presidente estabelecer o programa de governo e executá-lo. Assim, o País anoteceu na terça-feira passada, outro país. Porque seus rumos estavam definidos, as perplexidades afastadas. O regime que vai nos guiar, estabelecido. Assim, a decisão da Constituinte trouxe de volta tranquilidade, trouxe esperança, trouxe confiança. E a Constituinte deu uma demonstração de grande maturidade.

Sempre afirmei que considero a crise política a maior de todas, porque ela se transmite à economia e deságua na área Social.

A hora, portanto, é de unir esforços para arrancar o País das dificuldades. Tenho como prioridade das prioridades a transição democrá-

tica. Nós estamos sentindo e vivendo as excelências da democracia. São três anos em que o Brasil desfruta de total liberdade, sem discriminações ideológicas, sem cerceamento de qualquer direito, todos vivendo em total segurança, pensando, opinando, discutindo de acordo com a sua consciência. Meu empenho, portanto, é de concluir meu período deixando o País institucionalizado. A democracia construída e o meu sucessor eleito pelo voto direto, tendo todas as condições de governabilidade, sem ter apenas que enfrentar crises e conflitos.

Sei o que tem me custado em termos de sacrifício pessoal o alto preço de presidir um País com tantos problemas e desafios numa hora de transição. Mas me considero em condições de suportar essas dificuldades, de desfrutar de uma estrutura pessoal que me permite não ter medo nem desânimo.

Agora todos sabemos que a direção está traçada. Pretendo, sem prejuízo dos partidos políticos que constituem a alma do sistema democrático, respeitando-os, fortalecendo-os, consolidar uma maioria parlamentar para apoiar a conclusão do processo de abertura política.

A decisão de terça-feira afastou apreensões e dá condições de adotarmos medidas para recuperação da economia, uma aspiração mais do que aspiração, uma angústia de todos nós.

Tenho que presidir esse processo com isenção, acima das facções partidárias, com a isenção de um magistrado, buscando um governo de união que não significa necessariamente unanimidade, mas unidade, união para concluir a construção democrática, reencontrar o caminho da paz, da prosperidade e da confiança.

As medidas virão e, com o apoio do Congresso Nacional, da Assembleia Nacional Constituinte e do povo brasileiro, vamos buscar uma nova etapa, com liberdade, bem-estar, justiça social e responsabilidade. Estou convicto de que, afinal, começamos a olhar o fim do túnel. Bom dia e muito obrigado a todos os brasileiros e brasileiras que me ouvem».